

Sábado, 17 de Outubro de 2026

## Navi, Maathai, Tutu e D. Hélder

A escolha de Navanethem “Navi” Pillay como laureada com o Prêmio Nobel da Paz de 2026 é um acontecimento que ultrapassa a esfera individual. É um marco histórico e simbólico. Navi torna-se mais uma mulher africana a receber o Nobel da Paz, depois de Wangari Maathai, premiada em 2004, cuja luta ambientalista mostrou ao mundo que plantar árvores é também plantar democracia, dignidade e esperança.

Se Maathai nos ensinou que a paz requer cuidar da terra, Navi nos lembra — como afirmou o próprio Comitê do Nobel ao anunciar sua escolha — que a paz requer justiça. Essa frase, simples e contundente, ecoa como um chamado moral: não há paz possível onde a injustiça permanece intacta, onde a verdade é silenciada, onde os crimes são varridos para debaixo do tapete da conveniência política.

A trajetória de Navi, marcada pela defesa intransigente dos direitos humanos, pela investigação de crimes de guerra e pela proteção de vítimas, inscreve-se na mesma linhagem ética de seu compatriota Desmond Tutu, Nobel da Paz em 1984, cuja atuação na Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul permanece como um dos mais luminosos capítulos da história contemporânea.

Tutu compreendia que virar a página não é rasgar a história. Não se trata de esquecer, mas de lembrar com responsabilidade. Não se trata de apagar os crimes, mas de nomeá-los, reconhecê-los e enfrentá-los. A reconciliação verdadeira não se constrói sobre silêncio, mas sobre verdade.

Navi expressou essa mesma convicção nas entrevistas concedidas após o anúncio do Prêmio, quando questionada sobre a conclusão do relatório da Comissão de Inquérito da ONU, que presidiu, acerca do genocídio dos palestinos em Gaza, afirmando que falar a verdade não é coragem: é dever.

A mensagem contém uma revolução ética. Em tempos de manipulação, negacionismo e relativização da realidade, Navi devolve à verdade o seu lugar de fundamento civilizatório. A verdade não é arma; é bússola. Buscar a verdade não é vingança. É reparação e é prevenção. É condição de justiça.

O Brasil conhece bem o preço de ignorar essa bússola. Não julgou nem puniu os assassinatos e torturas praticados durante a ditadura implantada em 1964 e ainda hoje se sobressalta ao perceber sua Constituição democrática ameaçada por grupos que veneram torturadores.

A escolha de Navi também nos traz à memória o arcebispo brasileiro Dom Hélder Câmara, indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 1973 por dezenas de líderes e organizações internacionais. Sua escolha pelo Comitê sofreu intensa oposição diplomática da ditadura militar, que temia ver expostas ao mundo as violações de direitos humanos cometidas no país.

O prêmio daquele ano foi entregue a Henry Kissinger, decisão até hoje controversa devido ao papel que desempenhou nos bombardeios ao Camboja. A história, porém, não se deixa censurar: a indicação de Dom Hélder permanece como testemunho de sua grandeza moral e espiritual e de sua luta incansável pela justiça social.

Ao reconhecer Navi, o Comitê do Nobel reafirma que a paz não é silêncio, mas trabalho árduo de reconstrução. A paz não é ausência de conflito, mas presença de justiça. A paz não é concessão, mas conquista coletiva.

Se Maathai plantou árvores para que o futuro tivesse raízes, Navi cultiva a verdade para que o futuro ganhe consciência. Ambas enfrentaram estruturas de poder que preferiam a conveniência à justiça. Ambas provaram que a coragem das mulheres africanas é uma força transformadora que o mundo não pode ignorar.

Hoje, ao celebrarmos Navi, celebramos também a verdade como caminho, a justiça como condição e a paz como destino. E reafirmamos, com ela, que falar a verdade não é coragem: é dever. Somente onde a verdade floresce, o deserto da injustiça e da indiferença pode finalmente tornar-se fértil.

***Luiz Henrique Lima é professor e escritor***